

ATA Nº 25/2012.-----
REUNIÃO ORDINÁRIA DO EXECUTIVO
MUNICIPAL REALIZADA NO DIA TREZE
DE SETEMBRO DE 2012.-----

No dia treze do mês de setembro do ano de dois mil e doze, no edifício dos Paços do Concelho de Tomar, sito na Praça da República, nesta cidade, reuniu a Câmara Municipal de Tomar, em reunião ordinária sob a Presidência do Senhor Vice-Presidente da Câmara – José Manuel Farinha Perfeito, encontrando-se presentes os Exm^{os}. Senhores Vereadores José António Becerra Vitorino, Pedro Alexandre Ramos Marques, Maria do Rosário Cardoso Simões, Luís José da Silva Ferreira e Graça Maria Marques Costa .-----

Faltou à reunião o Senhor Presidente – Carlos Manuel de Oliveira Carrão por se encontrar de férias -----

Da Ordem do Dia que se transcreve constavam os seguintes assuntos: -----

1. - APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR (02/08/2012).-----

2. - BALANCETE.-----

3. - APRECIÇÃO DE PROCESSOS DO DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS. ---

4. - INFORMAÇÕES, EXPEDIENTE E PROPOSTAS: -----

4.1. Informações da Divisão Financeira. -----

4.2. Informação da Divisão de Assuntos Jurídicos. -----

4.3. Informação da Divisão de Desporto e Juventude. -----

4.4. Informação da Divisão de Turismo, Cultura e Museologia.-----

4.5. Informações da Divisão de Educação e Ação Social.-----

4.6. Informação da Divisão de Serviços Urbanos e Espaços Verdes.-----

4.7. Informação da Divisão Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos. -----

4.8. Expediente.-----

4.9. Propostas: -----

4.9.1. Proposta do Senhor Presidente da Câmara. -----

4.9.2. Propostas dos Senhores Vereadores do Partido Socialista. -----

4.9.3. Proposta dos Senhores Vereadores Independentes *por* Tomar.-----

5. - REQUERIMENTOS DIVERSOS-----

6. - OPERAÇÕES URBANÍSTICAS:-----

6.1. Licenciamento de construção.-----

6.2. Operação de loteamento.-----

6.3. Atribuição de número de polícia.-----

6.4. Informações diversas.-----

7. - Definição dos critérios de recuperação de dívidas ao Município por parte de entidades associativas do Concelho de Tomar.-----

8. - PROCESSOS OBJETO DE DESPACHO: -----

8.1. Ao abrigo de Delegação e Subdelegação de competências, em conformidade com o Despacho nº 8/2012 - (Senhora Vereadora Rosário Simões).-----

A Relação dos processos e assuntos constantes dos pontos 3, 4, 5, 6, 7 e 8 da Ordem do Dia é discriminada nos seguintes termos:-----

3. - APRECIÇÃO DE PROCESSOS DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: ---

3.1. Aquisição de combustível a granel – Não adjudicação e revogação da decisão de contratar – Proposta para início de novo procedimento. -----

3.2. Aquisição de combustível a granel – Início de procedimento. -----

3.3. Empreitada de Instalação de Painéis Fotovoltaicos em dois Edifícios Municipais (Biblioteca António Cartaxo da Fonseca e Pavilhão Jácome Ratton) – Conta da Empreitada.

3.4. Empreitada de Requalificação do Parque do Mouchão e Várzea Pequena – Receção definitiva parcial (Várzea Pequena). -----

3.5. Empreitada de Arranjo Urbanístico da Envolvente ao Convento de Cristo – Suspensão dos trabalhos e prorrogação do prazo da empreitada.-----

3.6. Empreitada de Construção da Nova Cobertura do Palácio Alvim. -----

4. - INFORMAÇÕES, EXPEDIENTE E PROPOSTAS: -----

4.1. Informações da Divisão Financeira: -----

4.1.1. Informação mensal (julho/2012) – Para conhecimento. -----

4.1.2. Pagamentos em atraso (julho 2012) – Para conhecimento. -----

4.1.3. Pagamentos em atraso (agosto 2012) – Para conhecimento.-----

4.1.4. Prestação de serviços de Auditoria Externa – Declaração de impossibilidade de certificação legal de contas – Para conhecimento. -----

4.2. Informação da Divisão de Assuntos Jurídicos: -----

4.2.1. Licenciamento de construção em nome de Joaquim António Henriques Ferreira –
Informação jurídica sobre deliberação camarária de 12/07/2012. -----

4.3. Informações da Divisão de Desporto e Juventude: -----

4.3.1. Regulamento do Conselho Municipal de Juventude – Aprovação final. -----

4.4. Informação da Divisão de Turismo, Cultura e Museologia: -----

4.4.1. Proposta de definição da tabela de preços do Cineteatro Paraíso. -----

4.5. Informações da Divisão de Educação e Acção Social: -----

4.5.1. Informação Social sobre Maria Hermínia Dias Oliveira Teixeira – Pedido de
redução da renda da loja para venda de flores no Cemitério de Marmelais. -----

4.5.2. Dia Europeu Sem Carros – Utilização gratuita dos concorrentes do concurso “O
transporte mais eco-louco de sempre” -----

4.5.3. Apresentação de Despesas efetuadas com a Educação e Previsão de Despesas
para 2012/2013. -----

4.6. Informação da Divisão de Serviços Urbanos e Espaços Verdes: -----

4.6.1. Aditamento ao Início de Procedimento para Aquisição de Serviços de Limpeza
Urbana no Recinto do Festival de Bons Sons. -----

4.7. Informação da Divisão Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos: -----

4.7.1. Regulamento e Tabela de Taxas Administrativas e Urbanísticas Municipais –
Porcentagem da taxa prevista no Anexo II. -----

4.8. Expediente: -----

4.8.1. Ofício da Ilustre Advogada Dra. Carla Sá Correia – Indemnização solicitada por
Marta Costa Cabral na sequência de danos causados na sua habitação no âmbito da
empreitada de construção de arranjos exteriores e arruamentos no Flecheiro e Mercado.

4.8.2. Ofício da Ilustre Advogada Dra. Carla Sá Correia – Processo em nome de Maria
João Cruz Farinha referente a um sinistro ocorrido em 23 de Fevereiro de 2011, junto à
rotunda situada junto ao Politécnico. -----

4.8.3. Email do Centro de Estudos e Proteção do Património da Região de Tomar –
Aprovação de protocolo de cooperação a estabelecer entre o Município e o Centro de
Estudos e Proteção do Património da Região de Tomar. -----

4.8.4. Carta do Sport Club Operário de Cem Soldos – Solicitam isenção do pagamento do preço devido pelos serviços de ambulância prestados no âmbito dos Festival Bons Sons 2012. -----

4.8.5. Ofício dos SMAS – Pedido de isenção do pagamento de taxas de ligação de água à rede pública – Festival Bons Sons. -----

4.8.6. Carta do Grupo Desportivo Nabância – Solicita o apoio com a presença de uma ambulância durante o evento “III Circuito Nacional de Slalom 2012” a realizar no dia 8 de setembro. -----

4.9. Propostas: -----

4.9.1. Proposta do Senhor Presidente: -----

4.9.1.1. Despesas de Representação do Pessoal Dirigente. -----

4.9.2. Proposta dos Senhores Vereadores do Partido Socialista: -----

4.9.2.1. Criação de bolsa de material didático e técnico. -----

4.9.2.2. Disponibilização de Jornais na Biblioteca Municipal. -----

4.9.3. Proposta dos Senhores Vereadores Independente por Tomar: -----

4.9.3.1. Toponímia. -----

5. - REQUERIMENTOS DIVERSOS-----

Bargere – Gestão Hoteleira, Lda. – Requer alargamento do horário de funcionamento do estabelecimento “Casablanca Bar” sito na Rua de S. João, durante a realização do III Festival de Estátuas – Sta. Maria dos Olivais. -----

6. - OPERAÇÕES URBANÍSTICAS:-----

6.1. Licenciamento de construção: -----

6.1.1. Hecnel – Sociedade de Construções, Lda. – Construção de habitação unifamiliar e muro – Rua Coronel Garcês Teixeira – Sta. Maria dos Olivais – Proc.º 629/2010.-----

6.1.2. Manuel Domingos – Construção de duas arrecadações – Regularização – Contraste – São Pedro de Tomar – Proc.º 361/2011. -----

6.1.3. Joaquim Brites Reis – Construção de muro de vedação – Legalização – Isenção de taxas – Calçadas – Santa Maria dos Olivais – Proc.º 4/1995.-----

6.1.4. Silvino Nunes da Silva – Reconstrução de habitação unifamiliar e muros de vedação – Declaração de Caducidade – Marmelais de Cima – Santa Maria dos Olivais – Proc.º 1083/2007.-----

6.1.5. Manuel Dias Rodrigues – Certificação de destaque – Beberriqueira – S. Pedro de Tomar – Proc.º 364/2012.-----

6.1.6. Henrique Nunes Ferreira – Construção de habitação – Declaração de caducidade – Vale co Vime – Serra – Proc.º 324/2012.-----

6.1.7. Hugo Miguel da Silva Pires – Construção de armazém Agrícola – Cezal – S. Pedro de Tomar – Proc.º 369/2012.-----

6.1.8. Fábrica Igreja Paroquial da Freguesia Nª Sra. da Conceição de Olalhas – Obras de construção do Centro Paroquial – Prorrogação do Prazo – Pedido de isenção de taxas – Proc.º 214/2009.-----

6.1.9. Joaquim António Henriques Ferreira – Construção de edifício de habitação coletiva, comércio e arrecadação (Regularização) – Rua da Fábrica da Fiação nº 56 a 60 – Sta. Maria dos Olivais – Proc.º 287/2012.-----

6.2. Operação de loteamento:-----

6.2.1. A. Ferreira & Filho Ld.^a – Operação de loteamento na Rua de Coimbra/Rua da Tuna Tomarense – Sta. Maria dos Olivais – Libertação de garantia bancária – Proc.º 204/2006.-----

6.2.2. Henrique Matos Parente – Alteração ao loteamento 13/86 – Lotes 1 e 2 – Quinta do Filipe – Serra – Proc.º 515/2010.-----

6.3. Atribuição de número de polícia:-----

6.3.1. Maria do Carmo Godinho Carlos – Atribuição de número de Polícia – Vale do Poço – Cem Soldos - Madalena – Proc.º 696/1988.-----

6.3.2. Maria de Lurdes Godinho Carlos Feliciano – Atribuição de número de polícia – Vale do Poço – Cem Soldos – Madalena – Proc.º 962/1981.-----

6.4. Informações diversas:-----

6.4.1. Mário dos Santos Fernandes Rita – Pedido de parecer à compropriedade de prédio rústico – Outeiro – Serra – Proc.º 425/2012.-----

- 6.4.2. Mário dos Santos Fernandes Rita – Pedido de parecer à compropriedade de prédio rústico – Amoreira – Serra – Proc.º 424/2012.-----
- 6.4.3. Mário dos Santos Fernandes Rita – Pedido de parecer à compropriedade de prédio rústico – Vale da Fiteira – Serra – Proc.º 426/2012. -----
- 6.4.4. Manuel da Silva Henriques – Pedido de parecer à compropriedade de prédio rústico – Casais – Proc.º 404/2012. -----
- 6.4.5. Associação Cultural e Educativa de Solidariedade Social Templários de Tomar – Isenção de taxas pela emissão da Declaração Prévia – Rua dos Moinhos, 18 e 20 – S. João Baptista – Proc.º 110/1998. -----
- 6.4.6. Sara Maria Espírito Santo Reis – Instalação de estufas para criação de caracoleiras – Paialvo – Proc.º 100/2012. -----
- 6.4.7. Atualização da TMU – 2012.-----
- 6.4.8. Manuel Dias Rodrigues e Outra – Pedido de parecer à compropriedade de prédio rústico – Beberriqueira – S. Pedro de Tomar – Proc.º 456/2012. -----
- 6.4.9. Maria Emilia Rosa Gaspar da Graça – Pedido de parecer à compropriedade de prédio rústico – Cabeço Eterno – Sabacheira – Proc.º 431/2012.-----

7. -Definição dos critérios de recuperação de dívidas ao Município por parte de entidades associativas do Concelho de Tomar. -----

8. -PROCESSOS OBJETO DE DESPACHO: -----

8.1. Ao abrigo de Delegação e Subdelegação de competências, em conformidade com o Despacho nº 8/2012 - (Senhora Vereadora Rosário Simões):-----

- 8.1.1. Listagem dos processos da DAAOA emitidos no mês de julho de 2012.-----

Sendo nove horas e trinta minutos, o Senhor Vice-Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, dando início ao período de antes da ordem do dia, tendo sido proferidas as seguintes intervenções:-----

O Sr. Vice- Presidente deu conta que na reunião realizada no passado dia seis de setembro com o Secretário de Estado da Saúde, foi dada a garantia de que a urgência básica será para manter apesar da reestruturação. -----

Seguidamente prestou a seguinte informação relativamente ao incêndio ocorrido na Amoreira (Serra e São Pedro) nos dias 2 e 4 de setembro: “O Concelho de Tomar e em particular as

freguesias da Serra e São Pedro sofreram um avassalador incêndio entre os dias 02 e 04 de Setembro, com graves consequências para o património Florestal, meio ambiente e as propriedades das populações das áreas atingidas. -----

Foi possível evitar, apesar de tudo, com grande empenho das corporações de bombeiros presentes e da população, maiores danos nomeadamente nas habitações das duas freguesias. -----

O Município de Tomar vem por este meio agradecer o empenho e dedicação da ANPC nacional e distrital, à GNR, a todas as corporações de bombeiros presentes, aos autarcas das Juntas de Freguesia da Serra e São Pedro, às Forças Armadas que empenharam no rescaldo do incêndio maquinaria pesada, à Associação de Pais da Escola Jácome Ratton que confeccionou e recolheu alimentação diversa, bem como à direção da escola, aos Escuteiros e Cruz Vermelha (núcleo de Tomar), à Associação da Boca da Mata e à população em geral no combate ao sinistro e solidariedade demonstrada para com os Bombeiros presentes e residentes afetados.”-----

O Sr. Vereador Pedro Marques referiu que relativamente à reunião com o Secretário de Estado da Saúde gostaria que o Sr. Presidente tivesse entregue um relatório sobre o resultado da reunião, porque apesar da urgência básica se manter, o certo é que a Câmara votou contra a própria reestruturação, e essa mantém-se. -----

De igual modo, no que se refere ao incêndio, também gostaria de ter sido informado das consequências do mesmo. -----

Deu conta que, nos últimos dias tem vindo a ter conhecimento de situações de dificuldade da sobrevivência de algumas famílias pelo que considera que devem ser tomadas medidas para que não existam situações de fome neste município.-----

Mostrou ainda o seu repúdio pelas medidas que estão a ser tomadas pelo Governo que irão pôr em causa a situação social das famílias. -----

A Sra. Vereadora Graça Costa chamou a atenção para o cidadão que viveu junto à Capela de S. Gregório e que foi realojado no Bairro 1º de Maio que tem vindo a degradar a habitação que lhe foi atribuída, pondo em causa a sua integridade e a dos seus vizinhos. Gostaria de saber qual o acompanhamento que tem sido dado a esse munícipe. -----

Chamou ainda a atenção para outra família a quem foi atribuída uma casa no Bairro 1º de Maio sem condições de habitabilidade e que procederam a obras que beneficiaram positivamente a habitação e que neste momento estão a ser pressionados para sair, apesar a sua situação financeira

se manter. Entende que deve ser feito um estudo pluridisciplinar que permita analisar cada um dos casos. -----

O Sr. Vereador Luís Ferreira referiu que, em nome do Partido Socialista, apresentava a seguinte declaração para a ata: “Na semana passada e ao longo da presente semana foram anunciadas um conjunto de medidas de austeridade, que em muito penalizam os Portugueses e os Tomarenses. -----

O aumento da taxa social única, com o argumento da criação de emprego, a não renovação de contratos a prazo na função pública, a diminuição do número de escalões no IRS, a retenção do subsídio de férias e natal bem como a aplicação do imposto extraordinário nas pensões, são algumas das medidas que afetam de um modo geral os Portugueses e em particular os Tomarenses. -----

A população em Tomar está ligada, essencialmente, quer como trabalhadores quer como aposentados do Estado, tomando apenas como exemplo o ensino, passando pelas Forças Armadas, a Justiça e a Saúde. -----

É esta população que ainda vai consumindo no comércio local, mantendo assim algum emprego no sector privado. -----

É esta população que ainda vai adquirindo serviços em empresas locais. -----

Tomar é um concelho que ao longo dos anos não tem sabido atrair emprego, sendo o seu parco tecido empresarial constituído essencialmente por micro, pequenas e médias empresas. -----

A diminuição da taxa social única, traz como único efeito, um alívio de tesouraria às grandes empresas, mas não resolve o problema principal das empresas Tomarenses – a necessidade de vender os seus produtos, a necessidade de prestar os seus serviços. E como vão estas empresas manter os seus postos de trabalho? -----

Diminuindo o poder de compra, a vida das empresas torna-se mais difícil. Trata-se pois uma medida que beneficia apenas as grandes empresas. Veja-se, por exemplo o caso da EDP, irá baixar os custos com o fator trabalho mas será que foi criado um mecanismo que faça reflectir nos consumidores essa baixa? -----

NÃO, não foi criado porque isso seria imiscuir o Estado naquilo que é privado e como já se viu e sobretudo sentiu, não é este o caminho, não é esta a ideologia do actual governo! -----

Num momento em que mais uma vez se pedem sacrifícios às famílias que vivem do rendimento do seu trabalho, **não podem os vereadores do Partido Socialista deixar de manifestar o seu total repúdio pelas medidas anunciadas!** -----

Seguidamente, tendo em conta o início do ano letivo, questionou se os serviços de transportes, de refeições e as atividades de enriquecimento curricular estavam garantidos, considerando que a responsabilidade do financiamento das refeições do pré-escolar e do primeiro ciclo é dos Municípios, nos termos da Lei 2/2007, pagos através do Fundo Social Municipal. -----

Sobre a situação alertada pela Sra. Vereador Graça Costa relativamente ao realojamento, no Bairro 1º de Maio, de um casal desempregado, com dois filhos, em situação de insolvência, propôs que o período de atribuição da habitação fosse prorrogado pelo tempo necessário, até que a situação financeira do casal fique resolvida. -----

Quanto à reunião realizada com o Sr. Secretário de Estado da Saúde, mostrou o seu desagrado com a informação do Sr. Presidente em exercício, até porque a reestruturação mantém-se como prevista. -----

No que diz respeito aos fogos que tiveram lugar na Serra e em São Pedro de Tomar referiu nada ter a opor as palavras de agradecimento aos diversos intervenientes no combate ao incêndio, no entanto, lembrou o requerimento sobre o assunto, entregue na Câmara, no passado dia 3 de setembro, do seguinte teor: **“Nos termos definidos na Lei das Autarquias locais, solicito as seguintes informações, tendentes a perceber o enquadramento da preparação de mais uma semana de excepcionais condições climatéricas, conforme previsão avançada já no passado dia 30 de Agosto de 2012, bem como da dimensão dos meios envolvidos dos bombeiros de Tomar noutros teatros de operações havidos:** -----

1 – Que medidas, com carácter excepcional foram tomadas, tendo em conta a entrada em alerta amarelo do dispositivo nacional de proteção civil, iniciado na passada Sexta-feira, dia 31 de Agosto de 2012; -----

2 – Quais os colaboradores da autarquia, em serviço nos Bombeiros Municipais de Tomar que, em resultado da antecipação de cenário de alguma gravidade, viram os seus períodos de férias encurtados, adiados ou interrompidos e durante que períodos, desde Sexta-feira, dia 31 de Agosto de 2012; -----

- 3 – Em que dia foi informado o retorno obrigatório dos colaboradores Paulo Matos e José Freire aos SMAS e quando foram os mesmos solicitados para se manterem efectivamente em serviço nos Bombeiros Municipais; -----
- 4 – Quais e quantos foram os bombeiros voluntários chamados previamente para reforçar o dispositivo no fim de semana, nos dias 1 e 2 Setembro, tendo em conta o risco cumulativo da seca extrema que vivemos, dos índices de risco temporal muito elevado ou máximo, previstos ou observados e do Alerta Amarelo havido, agravado para Laranja no final do dia 2 de Setembro;
- 5 – Quais e quantos bombeiros se encontravam efectivamente em serviço nos turnos diurnos e nocturnos no fim de semana, nos dias 1 e 2 de Setembro, bem como quais e quantos se encontravam nos turnos dos ECIN's nesses mesmos dias; -----
- 6 – Em que dia e em que período houve pré-estacionamento de meios, nos locais definidos no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios? -----
- 7 – Qual o elemento de Comando de serviço em cada turno e quais os elementos do Comando dos Bombeiros presentes no Concelho em cada dia e em cada teatro de operações entretanto ocorrido; --
- 8 – Qual ou quais os instrumentos de comunicação de massas usados para aviso à população; -----
- 9 – Se e quando foi realizado o reforço alimentar aos Homens nos teatros de operações entretanto havidos no Concelho de Tomar, nos dias 2 e 3 de Setembro e quantos reforços foram fornecidos; ---
- 10 – Quais e quantos bombeiros do corpo dos Bombeiros Municipais de Tomar se encontraram em missões noutros teatros de operações, que não os do Concelho e durante que períodos; -----
- 11 – Qual ou quais os outros meios complementares de proteção civil foram alocados às ocorrências dos dias 1, 2 e 3 de Setembro de 2012, entre meios humanos e meios físicos propriedade ou contratados pela autarquia. -----

Com o mesmo objectivo requeremos ainda: -----

- a) Cópia dos Registos de Ocorrências de incêndios florestais havidos, nos dias 1, 2 e 3 de Setembro de 2012;-----
- b) Cópia dos comunicados e avisos lançados pela Proteção Civil Municipal, desde 30 de Agosto de 2012; -----
- c) Cópia da escala de serviço dos dias 31 de Agosto, 1, 2 e 3 de Setembro de 2012; -----
- d) Cópia do registo de presenças do iFire nos dias 1, 2 e 3 de Setembro. -----
- e) Cópia do registo de presenças dos turnos de ECIN's dos dias 1, 2 e 3 de Setembro de 2012.” -

Na sua opinião, a questão que se coloca, relativamente a este requerimento, é a de saber, nas condições de alerta amarelo, com temperaturas muito elevadas, se foram tomadas todas as precauções necessárias para evitar este tipo de ocorrências, o que é que falhou e que medidas podem ser tomadas para evitar este tipo de situações. -----

A Sra. Vereadora Graça Costa estranhou a posição tomada pelo PS até pelo facto de estarem a favor da reestruturação. -----

O Sr. Vice-Presidente referiu que o requerimento apresentado pelo PS está a ser informado pelos serviços. Sobre o incêndio em concreto, admitiu que houve algumas dificuldades quanto aos reforços, situação que foi resolvida na manhã seguinte, no entanto todas as situações foram resolvidas. -----

A Sra. Vereadora Rosário Simões informou que, no que diz respeito à ação social, é certo que as medidas do governo irão agravar as situações das famílias, no entanto, lembrou que foi aprovado para 2012 um Plano de Emergência assim como um Regulamento para apoio a pessoas desfavorecidas. Lembrou ainda que a Rede Social está a funcionar, através do Centro de Apoio à Família, assim como as cantinas sociais. Portanto, as famílias que necessitam de apoio estão a ser acompanhadas. Estão a trabalhar nesse sentido e estão abertos a todas as situações que vão surgindo. -----

No que diz respeito aos realojamentos referidos e mais concretamente à situação do casal, é uma situação que está a ser acompanhada por uma equipa pluridisciplinar que, a seu tempo, elaborará o respetivo relatório. -----

Quanto ao município que viveu junto à Capela de S. Gregório, já se previa que seria a transferência do problema de um lado para o outro. No entanto, a situação está a ser acompanhada e a única solução é a de, com o apoio da polícia, procederem, periodicamente, à limpeza da casa. -----

Relativamente ao início do ano letivo reiterou o que já havia sido dito na reunião de 30 de agosto, esclarecendo que os procedimentos estão todos a correr dentro da normalidade. Deu uma breve explicação do funcionamento e financiamento das refeições para o ensino pré-escolar e 1º Ciclo em colaboração com as Associações de Pais, aproveitando ainda para as elogiar tendo em conta o esforço que fazem para gerir e garantir as referidas refeições. -----

O Sr. Vereador Luis Ferreira tomou a palavra referindo que o modelo seguido pela Câmara quanto aos serviços escolares poderá ser posto em causa uma vez que o Governo não consegue

cumprir com as suas obrigações e responsabilidades, razão pela qual mostrou a sua preocupação relativamente a este assunto. Em sua opinião, considera que deverá ser discutido e ponderado um novo modelo de forma a garantir que estes serviços não venham a falhar. -----

A Sra. Vereadora Rosário Simões deu a conhecer as diversas competências da Câmara relativamente ao ensino pré-escolar e ao 1º Ciclo, referindo que não contemplam os serviços de refeições e de transportes para o pré-escolar, do ponto de vista do pagamento das respetivas despesas. -----

O Sr. Vereador Pedro Marques interveio para referir que relativamente ao assunto da saúde, aquilo a que se referiu a Sra. Vereadora Graça Costa teve a ver com as posições do PS face à reestruturação do Hospital, uma vez que houve duas posições distintas, dentro do partido. -----
Quanto aos incêndios, não vê qualquer inconveniente que o requerimento do PS seja respondido e que dele tenham conhecimento. Mas, entende que deveria ser realizado um relatório da ocorrência para que se possam analisar as falhas e procurar soluções, dando ainda conta da capacidade logística e humana existente neste momento. -----

O Sr. Vereador Luis Ferreira referiu que, na questão da saúde, o que se tem de perceber é o que o PS disse, que, enquanto o PS teve responsabilidades nesta matéria, nunca deixou de existir a urgência médico-cirúrgica. Estão de acordo com uma reestruturação do Centro Hospitalar do Médio Tejo, até porque ela é necessária. No entanto, nunca concordaram com a reestruturação que está a ser feita neste momento. -----

No que diz respeito à situação escolar solicitou a transcrição para a ata do seguinte: -----
...“quero apenas ler um extrato das conclusões do Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses em 2007, em Ponta Delgada. -----

Dizia a página 7 no ponto 1.2. – “Responsabilidades que devem ser transferidas. Neste domínio, devem ser transferidas para os municípios todas as competências relativamente à implementação da componente de apoio à família, fornecimento das refeições e prolongamento de horário e as inerentes despesas, sejam elas decorrentes de funcionamento ou didático e pedagógico.”-----

Isto foi a conclusão do congresso da ANMP realizado em junho de 2007. -----

Em resultado disso, a Lei 2/2007. No seu art.º 24º diz o nº 1 “Fundo Social Municipal – O Fundo Social Municipal constitui uma transferência do orçamento do Estado consignado ao

financiamento de despesas determinadas relativas às atribuições e competências dos municípios associados a funções sociais, nomeadamente na educação, na saúde ou na ação social.” -----

Diz o nº 2 – “As despesas ilegíveis para financiamento através do Fundo Social Municipal são designadamente: -----

a) As despesas de funcionamento decorrentes do pré-escolar público, nomeadamente as remunerações de pessoal não docente, os serviços de alimentação, as despesas com prolongamento de horário e transporte escolar.” -----

Portanto é o que diz o art.º 24º da Lei nº 2/2007. O Fundo Social Municipal visa as despesas de funcionamento decorrentes do pré-escolar público e mais, a mesma Lei 2/2007 refere quais são os valores dos quais advém os montantes do Fundo Social Municipal. Diz no seu art.º 28º nº 1 a) – As receitas do Fundo Social Municipal que são entregues ao município para financiar o pré-escolar, nomeadamente a alimentação do pré-escolar. Diz o ponto 1: “4% na razão direta do número de crianças que frequentam o ensino pré-escolar público”. Diz o nº 2: “12% na razão direta do número de jovens a frequentar o 1º Ciclo do Ensino Básico.”” -----

Em conclusão, apesar do Ministério transferir um terço da verba, as restantes devem ser financiada através do Fundo Social Municipal e, portanto, a responsabilidade é das Autarquias. Assim o modelo deve ser revisto e repensado, disse. -----

A Sra. Vereadora Rosário Simões tomou a palavra dizendo que a lei a que se refere o Sr. Vereador Luis Ferreira é uma Lei de 2007 que, na prática nunca funcionou, sendo certo que as transferências de verbas continuaram a ser da responsabilidade da DRELVT. -----

O Sr. Vice-Presidente informou que o relatório referente ao incêndio ocorrido nas freguesias da Serra e São Pedro de Tomar será entregue logo que possível. -----

Relativamente ao concurso para aquisição de ambulâncias, informou que o mesmo ficou sem efeito porque nenhum dos concorrentes respeitou o exigido no programa de concurso e no caderno de encargos. Entretanto, com a entrada em vigor da Lei dos Compromissos, deixaram de existir condições para a aquisição destas viaturas. Neste momento o processo está a ser retomado, esperando que num curto espaço de tempo este assunto possa estar resolvido. -----

Seguidamente, **o Sr. Vereador Pedro Marques** reiterou o conteúdo da recomendação apresentada relativamente à Televisão Digital Terrestre. -----

Referiu ainda que na última reunião ordinária, apresentaram uma proposta referente ao Estádio Municipal que não foi agendada para esta reunião, recusando-se a discutir qualquer outra proposta se a mesma não for admitida como adenda. -----

Solicitou ainda que, a Sra. Vereadora Rosário Simões, numa próxima oportunidade, fizesse um enquadramento sobre o comunicado do Prof. António Ventura do IPT sobre o Espólio Silva Magalhães. A respeito deste Espólio, requereu informações, nomeadamente a possibilidade de ter acesso ao processo e a toda a documentação existente sobre o assunto, no sentido de saber o que foi feito ao longo destes anos e o que poderá ser feito, de forma a procurar uma solução para a resolução deste problema. -----

Requereu ainda informações sobre o espólio do Prof. Santa Maria, nomeadamente, em que situação se encontra o mesmo, se está ou não a ser recuperado. -----

O Sr. Vereador Luis Ferreira interveio para referir, relativamente à proposta apresentada pelos Vereadores Independentes por Tomar sobre o Estádio Municipal, estar certo que só por lapso a mesma não foi inserida na Ordem de Trabalhos, pelo que sugeriu que a mesma fosse inserida como adenda à reunião. -----

O Sr. Vereador Pedro Marques alertou para a necessidade de reuniram para a elaboração do parecer sobre a Reforma Administrativa para que seja remetido atempadamente à assembleia Municipal. -----

O Sr. Vereador José Vitorino solicitou a transcrição para a ata, da seguinte declaração: “Como manifestação de protesto contra a incapacidade que temos de tornar eficazes as reuniões de Câmara, da parte dos vereadores, pela sua falta de capacidade de síntese, da parte do Sr. Presidente, pela sua falta de condições para conduzir a reunião de forma eficaz, uma vez que não é credível que uma reunião possa ter um período de antes da Ordem do Dia de três horas”. -----

O Sr. Vereador Luis Ferreira tomou a palavra referindo que quanto à Reforma Administrativa, a Lei nada refere que a Câmara se deva pronunciar sobre o assunto, sendo da exclusiva responsabilidade da Assembleia Municipal a tomada de posição. -----

Terminado o Período de “Antes da Ordem do Dia”, o Senhor Presidente apresentou, para aprovação, a ata da reunião do Executivo Municipal, realizada no dia dois (2) de agosto de dois mil e doze, tendo a Câmara procedido à sua aprovação. -----

Seguidamente e por proposta de Senhor Vice-Presidente, foi admitido, por unanimidade, à Ordem do Dia o seguinte processo: -----

- III Festival de Estátuas Vivas de Tomar – Preço de venda ao público de merchandising:-----

Seguidamente a Câmara passou a deliberar de acordo com a Ordem do Dia: -----

BALANCETE: - Foi presente o balancete (Resumo Diário de Tesouraria) do movimento de fundos de Tesouraria Municipal, do dia doze de setembro do ano de dois mil e doze, o qual acusa os seguintes saldos: um milhão, quinhentos e quarenta e sete mil seiscentos e onze euros e cinco cêntimos (€ 1.547.611, 05) em Operações Orçamentais e cento e cinquenta e cinco mil e setenta euros e noventa e oito cêntimos (€ 155.070,98), em Operações Não Orçamentais. -----

APRECIAÇÃO DE PROCESSOS DO DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----

AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL RODOVIÁRIO A GRANEL -----

– Não adjudicação e revogação da decisão de contratar;-----

– Proposta para iniciar novo procedimento. -----

Foi presente a informação nº 839/2012 do DOM submetendo à consideração do Executivo Municipal a decisão de não adjudicar a aquisição de combustível a granel e por conseguinte a revogação da decisão de contratar, pelos motivos que expõem.-----

Submetem ainda à consideração do Executivo Municipal o início de novo procedimento, mantendo a autorização de despesa já concedida bem como a repartição dos encargos económicos referente ao procedimento anterior aprovada por deliberação da Assembleia Municipal de 29 de junho de 2012. -----

A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou: -----

- Não adjudicar a aquisição de combustível a granel, determinando a revogação da decisão de contratar, nos termos propostos na informação supra, que homologa; -----

- Aprovar a abertura de novo procedimento, mantendo a autorização da despesa já concedida bem com a repartição dos encargos já aprovada pela Assembleia Municipal e, 29 de junho de 2012. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL RODOVIÁRIO A GRANEL – Início do procedimento----

Foi presente a informação nº 844/2012 do DOM submetendo ao Executivo Municipal a aprovação da abertura do procedimento para a aquisição de combustível rodoviário a granel ao abrigo do

contrato público de aprovisionamento promovido pela Agência Nacional de Compras Públicas, nos termos e condições referidos na informação supra. -----

A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a abertura do referido procedimento e respetivas peças procedimentais (convite e caderno de encargos), nos termos e condições constantes da informação acima referida, que homologa. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

EMPREITADA DE INSTALAÇÃO DE PAINÉIS FOTOVOLTAICOS EM DOIS EDIFÍCIOS MUNICIPAIS (BIBLIOTECA ANTÓNIO CARTAXO DA FONSECA E PAVILHÃO JÁCOME RATTON) – Conta da empreitada -----

Foi presente a informação nº 762/2012 do DOM submetendo à apreciação do Executivo Municipal a aprovação da Conta da Empreitada de Instalação de Painéis Fotovoltaicos em dois Edifícios Municipais (Biblioteca António Cartaxo da Fonseca e Pavilhão Jácome Ratton), executada pela empresa Sinergiae - Engenharia, Lda.-----

A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou: -----

1 - Aprovar a conta da empreitada acima referida no valor de 46.092,16 € (quarenta e seis mil e noventa e dois euros e dezasseis cêntimos), onde estão incluídos a revisão de preços e o IVA correspondente. -----

2 - Notificar a empresa Sinergiae - Engenharia, Lda., da conta da empreitada ora aprovada, através de carta registada com aviso de receção, concedendo o prazo de 15 dias para assinar ou deduzir reclamação fundamentada, nos termos e para os efeitos da legislação aplicável.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE DO MOUCHÃO E VÁRZEA PEQUENA - Receção Definitiva Total (Várzea Pequena) -----

Foi presente a informação nº 809/2012 do DOM submetendo à apreciação do Executivo Municipal o auto de vistoria de receção definitiva total da obra referida em epígrafe. -----

A Câmara, tudo visto e analisado, tendo em conta o teor do auto e a informação supra, que homologa, deliberou proceder à receção definitiva total da referida obra e remeter um dos exemplares do auto ao empreiteiro.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

O assunto constante do ponto 3.5. da Ordem do Dia foi retirado.-----

EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA NOVA COBERTURA DO PALÁCIO ALVIM -----

Foi presente a informação nº 794/2012 do DOM dando conta da insatisfação da empresa Secal, Engenharia e Construções, S. A. relativamente à decisão tomada pelo Executivo Municipal, a 19 de julho de 2012, em aplicar uma sanção pecuniária à empresa pelo incumprimento do prazo contratual da empreitada.-----

A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, tendo em conta as informações nºs 387 e 663/2012, remeter o processo aos serviços para se pronunciarem face à exposição do adjudicatário da obra.----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

INFORMAÇÕES, EXPEDIENTE E PROPOSTA: -----

Informações da Divisão Financeira: -----

INFORMAÇÃO MENSAL DA DIVISÃO FINANCEIRA - julho/2012 -----

Foi presente a informação nº 186/2012-DF dando conta da situação económica-financeira do Município, nomeadamente a nível de endividamento municipal, execução orçamental e financiamento de obras participadas.-----

A Câmara tomou conhecimento. -----

PAGAMENTOS EM ATRASO (JULHO DE 2012)-----

Foi presente, para conhecimento do executivo municipal, a informação nº 174/2012 da DF dando conta do montante de pagamentos em atraso registados no SIIAL a 31 de Julho e respetivo mapa descritivo, cujo montante global é de 5.664.067,73 Euros. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

PAGAMENTOS EM ATRASO (AGOSTO DE 2012) -----

Foi presente, para conhecimento do executivo municipal, a informação nº 199/2012 da DF dando conta do montante de pagamentos em atraso registados no SIIAL a 31 de agosto e respetivo mapa descritivo, cujo montante global é de 5.626.313 Euros. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA – DECLARAÇÃO DE

IMPOSSIBILIDADE DE CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS -----

Foi presente, para conhecimento do executivo municipal, a informação nº 183/2012 da DF dando conta que a Sociedade “Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.”, no âmbito do contrato de prestação de serviços de revisor oficial de contas, remeteu ao Município uma declaração dando conta da impossibilidade de certificação legal das contas do Município, pelo facto de as mesmas não terem sido aprovadas pelo correspondente órgão competente. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Nesta altura da reunião e sendo treze horas, o Senhor Vice-Presidente interrompeu os trabalhos, devendo os mesmos recomeçar pelas quinze horas.-----

Sendo quinze horas, estando presentes o Senhor Vice-Presidente, que conduziu os trabalhos e os Senhores Vereadores Pedro Alexandre Ramos Marques, Maria do Rosário Cardoso Simões, Luís José da Silva Ferreira e Graça Maria Marques Costa, recomeçaram os trabalhos da reunião:-----

O Sr. Vereador José António Becerra Vitorino não esteve presente por motivos de saúde.-----

Informação da Divisão de Assuntos Jurídicos: -----

INFORMAÇÃO JURÍDICA SOBRE A DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DATADA DE 12.07.12 sobre o licenciamento de construção em nome de Joaquim António Henriques Ferreira-----

Foi presente o parecer jurídico nº 106/2012, sobre o assunto em epígrafe. -----

A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou que seja produzido relatório com informação circunstanciada e exaustiva com o desenvolvimento cronológico do andamento do processo face à legislação em vigor. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

Por unanimidade, a Câmara deliberou alterar a ordem do dia, passando a analisar o ponto 6.1.9. que deu origem à seguinte deliberação: -----

CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO COLETIVA, COMERCIO E ARRECADAÇÃO (REGULARIZAÇÃO) - RUA DA FÁBRICA DA FIAÇÃO Nº 56 A 60 – STA. MARIA DO OLIVAIS -----

Foi presente o procº nº 287/2012, em nome de Joaquim António Henriques Ferreira relativo à construção de um edifício de habitação coletiva e arrecadação (regularização) sito na Rua da Fábrica da Fiação, nºs 56 a 60, nesta cidade. -----

A Câmara tudo visto e analisado e face ao parecer jurídico nº 111/2012, que homologou, deliberou mandar proceder à avaliação da parcela objeto de servidão de passagem a constituir. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

Seguidamente a Câmara passou a deliberar de acordo com a Ordem do Dia. -----

Informações da Divisão de Desporto e Juventude: -----

REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE – Aprovação final -----

Foi presente a informação nº 211/2012 da Divisão de Desporto e Juventude, dando conta que, decorrido o prazo de consulta pública do Regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Tomar, não foram recebidas quaisquer sugestões.-----

A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a proposta final do referido Regulamento e submeter o mesmo a aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do art.º 25.º da Lei 8/2009 de 18 de fevereiro, na redação dada pela Lei nº 6/2012 de 10 de fevereiro. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

Informação da Divisão de Turismo, Cultura e Museologia: -----

PROPOSTA DE TABELA DE PREÇOS DO CINETEATRO PARAÍSO -----

Foi presente a informação 165/2012 da DTCM sob o assunto em epígrafe.-----

A Câmara, tudo visto e analisado e atenta a informação proposta, que homologa, deliberou aprovar a proposta de preços apresentada, acompanhada da respetiva justificação económica.-----

Mais deliberou, no âmbito do disposto no artº 15º do Regulamento de Utilização do Cineteatro, definir como critério objetivo de enquadramento das situações previstas no referido normativo o seguinte: -----

Os estabelecimentos de ensino, as associações culturais e desportivas, as IPSS, os partidos e movimentos com autarcas eleitos no concelho e outras entidades públicas da administração local, regional e central, têm direito a quatro isenções totais anuais e uma isenção parcial de 70%, sempre que ultrapassem este número de utilizações.-----

Esta deliberação foi aprovada por maioria de três votos a favor e os votos contra dos Senhores Vereadores Pedro Alexandre Ramos Marques e Graça Maria Marques Costa, que ditaram a seguinte declaração de voto: “Votamos contra, porque na composição dos preços estão englobados os gastos do bar do Cine-Teatro que se encontra arrendado, conforme tivemos ocasião de referir no momento em que o PS e o PSD prorrogaram o contrato de arrendamento do bar, no montante de 200 euros. Os custos nomeadamente com a energia deveriam ter sido equacionados e o valor do arrendamento atualizado de acordo com esses custos.”-----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

Informações da Divisão de Educação e Ação Social:-----

O assunto constante do ponto 4.5.1. da Ordem do Dia foi retirado.-----

DIA EUROPEU SEM CARROS – Utilização gratuita do Parque de Campismo-----

Foi presente a informação nº 287/2012 da Divisão de Educação e Acção Social, com despacho da Sra. Vereadora Rosário Simões de 04/09/2012, submetendo à apreciação do Executivo Municipal a utilização gratuita do Parque de Campismo bem como do Parque de Estacionamento do Pavilhão Municipal por parte dos concorrentes do concurso “O transporte mais eco-louco de sempre” a realizar no âmbito da iniciativa do Dia Europeu Sem Carros.-----

A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou autorizar a utilização gratuita dos equipamentos municipais, no âmbito da iniciativa do Dia Europeu Sem Carros.-----

Esta deliberação foi aprovada por maioria de quatro votos a favor e o voto contra do Senhor Vereador Luis José da Silva Ferreira.-----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

APRESENTAÇÃO DE DESPESAS EFETUADAS COM A EDUCAÇÃO E PREVISÃO DE DESPESA PARA 2012/2013-----

Foi presente a informação nº 291/2012 da DEAS dando conta do total previsto de despesas com a educação para o ano letivo 2012/2013.-----

A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou submeter o processo à Assembleia Municipal para efeitos de autorização das despesas com a educação com carácter plurianual, nos termos da alínea c) do art.º 6.º da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

Informação da Divisão de Serviços Urbanos e Espaços Verdes:-----

ADITAMENTO AO INÍCIO DE PROCEDIMENTO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA NO RECINTO DO FESTIVAL DE BONS SONS-----

Foi presente a informação nº 156/12-APV da Divisão de Serviços Urbanos e Espaços Verdes, submetendo à consideração do Executivo Municipal a emissão de parecer vinculativo, relativamente ao procedimento de aquisição de serviços de Limpeza Urbana no Recinto do Festival de Bons Sons.-----

A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou emitir parecer favorável vinculativo relativamente à referida contratação de serviços, nos termos do art.º 26º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro (Orçamento de Estado para 2012).-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

Os assuntos constantes dos pontos 4.7.1. a 4.9.3. da Ordem do Dia foram retirados.-----

Requerimentos diversos: -----

PEDIDO DE ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO-----

Foi presente o requerimento nº 1412/2012/DAAOA em nome de Luís António Garcia Pereira, na qualidade de procurador da entidade exploradora do estabelecimento de bar, denominado “Casablanca”, sito na rua de São João nº 83 e 85, freguesia de S. João Baptista, a requerer que a Câmara se digne autorizar o alargamento de horário de encerramento do estabelecimento até às 06H00, nos dias 13 a 16 de Setembro, período em que decorre o III Festival de Estátuas Vivas. ----

A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou autorizar, excecionalmente, o alargamento de horário do referido estabelecimento, conforme requerido, nos termos do parágrafo único do artigo 4º, do Regulamento dos Períodos de Abertura e Funcionamento de Estabelecimentos de Venda ao Público e Prestação de Serviços do Município de Tomar.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

Os assuntos constantes dos pontos 6.1.1. a 6.1.8. e 6.2.1. a 8.1.1 da Ordem do Dia foram retirados.-----

Nesta altura da reunião, por proposta do Senhor Presidente, foi apreciado o processo admitido à Ordem do Dia, que deu origem à seguinte deliberação: -----

III FESTIVAL DE ESTÁTUAS VIVAS DE TOMAR – Preço de venda ao público de Merchandising-----

Foi presente a informação nº 193/2012 da DTCM submetendo à apreciação do Executivo uma proposta de preços para venda de merchandising, no âmbito do III Festival de Estátuas Vivas de Tomar.-----

A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a venda dos produtos de merchandising e respetivos preços associados, conforme proposto na informação supra referida, que homologa. -----
Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.-----

Terminados os trabalhos, sendo dezasseis horas, o Senhor Vice-Presidente da Câmara, declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.-----

**Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Técnica
Superior, designada para o efeito por deliberação do Executivo Municipal de 10 de
Fevereiro de 2011, mandei escrever e subscrevo. -----**
